

ESCOLA DEMOCRÁTICA E A PADRONIZAÇÃO DOS MODOS DE APRENDER¹

DEMOCRATIC SCHOOL AND THE STANDARDIZATION OF WAYS OF LEARNING

Patrick da Silveira Gonçalves² Cristina Marin Ribeiro Gonçalves³

RESUMO

O presente ensaio teórico busca refletir acerca do fenômeno da crescente medicalização que acomete o ambiente escolar. Uma vez que a escola que temos hoje, em grande parte, preconiza os saberes acadêmicos formais, estabelecendo a meritocracia e um certo padrão de comportamento como forma de atestar o sucesso ou fracasso escolar, torna-se cada vez mais relevante pensarmos em quem são os sujeitos inseridos na escola, de forma a não darem por vencidas as investidas pedagógicas, caracterizando o insucesso como sendo fruto de uma patologia.

Palavras-chave: Medicalização. Escola democrática. Ensino.

ABSTRACT

The present theoretical essay seeks to reflect on the phenomenon of increasing medicalization that affects the school environment. Since the school that today, in large part, advocates formal academic knowledge, recommending a meritocracy and a certain pattern of behavior as a way to attest to success or failure at school, it becomes increasingly relevant to think about who they are. The subjects inserted in the school, so as not to give up as pedagogical investitures, characterizing the failure as being the result of a pathology.

Keywords: Medicalization. Democratic school. Teaching.

¹ Este estudo surge a partir de indagações realizadas durante o curso de extensão em Formação de Professores em um Mundo em Transformação, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2016; ² Patrick da Silveira Gonçalves - Graduação em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Psicomotricidade e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes - RJ. Mestrando em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor na Prefeitura Municipal de Esteio e professor de educação física na Prefeitura Municipal de Gravataí. E-mail: patrick.edufis@hotmail.com

Durante a maior parte da história da educação - e ainda hoje em sua maioria - a escola priorizou apenas os conteúdos acadêmico-formais, transmitindo o saber científico e avaliando os alunos, a fim de classificá-los quanto às metas pré-determinadas e homogêneas estabelecidas seja pelo professor, seja pelas instituições de ensino ou políticas educacionais (LÓPEZ, 2004). Em contraponto, a inclusão escolar sugere uma escola acolhedora, onde sejam possíveis o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de todo e qualquer aluno que nela esteja inserido. É neste sentido que Abramowicz e Moll apontam:

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...), mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados (1997, p.89).

Contudo, na escola que temos hoje, ainda predomina um modelo conservador de educação, com sua característica rígida, segregando disciplinas e dando ênfase ao desempenho cognitivo dos educandos (WITTIZORECKI; MOLINA NETO; BOSSLE, 2012; SOLER, 2003; WITTIZORECKI, 2001), classificando aqueles que atingem certo padrão de comportamento e performance como bons alunos, aceitáveis à sociedade.

De outra forma, para aqueles alunos que não se encaixam no modelo discente exigido, pautadas nas transformações da sociedade e avanços medicinais e científicos que ocorreram ao longo do século XXI e ainda demonstram caminhar a passos largos na contemporaneidade, as características individuais que acometem o desempenho esperado pelas instituições/políticas passam a ser classificadas como patologias (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015).

Este conceito de manipular a natureza a fim de trazer resultados previsíveis ou controlados da humanidade remetem ao Positivismo de Comte, onde a tecnologia deva surgir como método e instrumento para um suposto “bem comum”, ainda que seja de forma a controlar os anseios e emoções subjetivos a cada indivíduo (GAYA et al., 2016). Tais métodos surgem na forma de medicamentos, abrindo espaço para a ciência médica inferir e interferir nos processos pedagógicos como sendo a única capaz de produzir resultados satisfatórios aos principais desafios que a Educação Contemporânea encontra.

³ Cristina Marin Ribeiro Gonçalves² - Graduação em Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialização em Geografia - Urbanização e interdisciplinaridade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestranda em Geografia - Análise Ambiental, pela UFRGS. E-mail: cristinmarin@gmail.com

Para Foucault (2010), a legitimação do poder médico toma força em toda a sociedade a partir do desenvolvimento do capitalismo, onde o corpo era visto como produtor de trabalho e sinônimo de produção. Desta forma, para o desenvolvimento econômico dos Estados, era imprescindível investir, primeiramente no ser humano físico, biológico, deixando de lado a consciência, o intelecto, e as formas de ser e agir de cada pessoa. Este movimento de garantir corpos sadios dá à medicina o poder de arbitrar e “consertar” sobre corpos sadios e não sadios. Para Foucault, (2010, p. 81) “o que rege a sociedade não são os códigos, mas a perpétua distinção entre o normal e o anormal, o perpétuo empreendimento de restituir o sistema de normalidade”.

No mesmo sentido, de acordo com Machado (1978), não somente a educação sucumbe ao poder médico, mas toda a sociedade. Para este autor, o uso da medicalização:

[...] é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado [...] (MACHADO, 1978, p. 156).

Tendo em vista todo o exposto e o processo de legitimação do poder médico na sociedade e nos processos educacionais, há de se repensar a Escola contemporânea, para que esta se torne um espaço democrático, republicano, capaz de ser o lócus de expressão das múltiplas formas de ser, agir, pensar, aprender, entre outras, que emergem na sociedade atual.

Embora exista um aumento de políticas públicas visando a inclusão escolar (BRASIL, 1989; 1996; 2000; 2000^a; 2014; UNESCO, 1990), e, de acordo com Sasaki (2005, p.23), sendo este “um processo mundial irreversível”, o mesmo autor ainda percebe o sistema de ensino longe de obter a inclusão escolar de todas as pessoas a que elas têm direito, independentemente de cor, condição social, etc.

Nesta perspectiva, Freire afirma que:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (1996, p. 17).

Portanto, deve-se pensar em um novo modelo escolar, flexível às necessidades e anseios de cada aluno, que se constrói historicamente e se modifica culturalmente, e atento para as mudanças globais que ocorrem todos os dias (MANTOAN, 2003; GIROUX; MCLARE, 1997).

Faz-se necessário compreender, ainda, que a educação não pode ser vista como única capaz de administrar, amenizar e resolver, todos os conflitos e mazelas contemporâneas. Há situações onde a ciência médica torna-se necessária e eficaz ao processo de ensinar/aprender dos alunos. Tampouco, o professor como único responsável pelas complexas mudanças as quais devem passar as questões da Educação. Em pesquisa com professores de rede pública Wittizorecki, Molina Neto e Bossle concluem que:

[...] o trabalho docente - ou poderíamos dizer num trocadilho (dor) sente - tem absorvido e sentido o efeito de uma sociedade diversa, globalizada, acelerada, que idealizava a educação como salvadora da humanidade e ainda não encontrou respostas satisfatórias ou confortáveis para dar conta disso (2012, p. 166).

Os alunos trazem para dentro da escola conflitos como as situações de vulnerabilidade social as quais estão expostos, violência doméstica, acesso e uso de drogas, o fluxo migratório constante das famílias (MOSÉ, 2015; SILVA; MOLINA NETO, 2014; DIEHL; MOLINA NETO, 2010; CHARLOT, 2006), dentre tantos outros fatos que são narrados pelos professores e que dificultam o seu ofício docente.

O perfil do professor do século XXI exige uma atitude aberta, disposto a ler e reler o fenômeno educacional e acompanhar a velocidade de suas modificações (GIROUX; MCLAREN, 1997). Para isto, o professor deverá saber correlacionar a formação docente e suas práticas, legitimando o saber e o fazer na educação de forma a incluir todos os alunos em sua heterogeneidade e conflitos que trazem para dentro da escola.

O ambiente escolar exige do professor conhecimentos que, de acordo com Bergamo (2013, p. 22) devem ser “[...] múltiplos e convergentes, de antropologia, neolinguística, sociologia, filosofia, biologia, e psicologia, entre outras áreas do conhecimento”. A mesma autora ainda aponta que há dificuldade por parte do educador para lidar com os constantes desafios que a escola contemporânea propõe, inclusive na mediação entre o conhecimento, o saber escolar e o processo de aprendizagem.

Consequentemente, torna-se imprescindível uma formação acadêmica adequada, a constante pesquisa do professor de forma autônoma, isto é, a busca do professor que o levem a refletir sobre os possíveis desafios e contextos e possibilidades que são encontrados no cotidiano escolar, a oferta e busca do saber científico por parte das redes educacionais, a fim de encontrar soluções, ou alternativas, para os desafios que uma escola democrática exige.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (org). **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 1997.

BERGAMO, Regiane Banzzatto. **Educação especial: pesquisa e prática**. Curitiba, Ibpex, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 7.853, de 24/10/1989**, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 134, n. 247, p. 27733-27834, 20 dez. 1996.

_____. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educativas especiais**. Brasília: MEC, 2000a. v.6. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE - Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse estatística da educação básica**: censo escolar 2014. Brasília: MEC. INEP, 2012.

CHRISTOFARI, A.; FREITAS, C.; BAPTISTA, C. Medicalização dos modos de ser e de aprender. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1080, out./dez. 2015.

DIEHL, Vera Regina Oliveira; MOLINA NETO, Vicente. Fluxo migratório e ação pedagógica dos professores de educação física. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 35, n. 2, maio/ago. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry A.; MCLAREN, Peter. A educação de professores e a política de reforma democrática. In: GIROUX, Henry A. (org). **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LÓPEZ, F. Problemas afetivos e de conduta em sala de aula. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p.113 -128. v.3.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SOLER, Reinaldo. **Educação física escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Tailândia. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2016.

WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. O **trabalho docente dos professores de educação física na rede municipal de ensino de Porto Alegre**: um estudo nas escolas do Morro da Cruz. 2001. 153 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WITTIZORECKI, Elisandro; MOLINA NETO, Vicente; BOSSLE, F. Mudanças sociais e o trabalho docente de professores de educação física na escola: estudo a partir de histórias de vida. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/23894/17344>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Data de recebimento: 30 de julho de 2017.

Data de aceite para publicação: 28 de agosto de 2017.